



**CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL - COPAM
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MEIO AMBIENTE E
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO ALTO SÃO FRANCISCO**

Ata da 56.^a Reunião Ordinária da
Unidade Regional Colegiada Alto São Francisco
do Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM
Data: 16 de julho de 2009, às 09:00 horas
Local: Auditório da FUNEDI/UEMG/INESP
Endereço: Rua Paraná, nº 3001, Bairro Jardim Belvedere – Divinópolis/MG

1 Conselheiros presentes: Roberto Ferreira Barbosa, primeiro Suplente e Assessor
2 Especial da SEMAD, representante da Secretaria Estadual do Meio Ambiente e
3 Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais; Lucélio Nativo da Assunção, Secretaria
4 de Estado de Desenvolvimento Econômico – SEDE; Átila Alves e Costa, representante
5 da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais – FIEMG; Odin Silva Paula
6 Filho, representante do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais;
7 Camilo de Lélis André Melo e João Bosco Morais Lopes, representantes da Federação
8 das Associações Comerciais, Industriais, Agropecuárias e de Serviços do Estado de
9 Minas Gerais – Federaminas; Marcos Antônio Ferreira Veloso, do Conselho Regional
10 de Engenharia – CREA; Wellington Dias Silveira, representante da Secretaria de Estado
11 de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SEAPA; Antônio Maria Claret Ribeiro,
12 representante da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana –
13 SEDRU; Francisco de Assis Braga, representante da Associação Brasileira de
14 Engenharia Sanitária – ABES; Roberto Soares Nogueira, representante Associação dos
15 Usuários da Bacia do Rio Pará; Sérgio Ricardo Bueno e Raimundo Lopes Ferreira,
16 representantes da Polícia Militar de Minas Gerais; Lessandro Gabriel Costa,
17 representante da Associação Ambientalista do Alto São Francisco; Marcos Antônio
18 Vilela, representante Grupo Ar – Divinópolis; Dirceu de Oliveira Costa, representante
19 do Conselho Municipal de Meio Ambiente – CODEMA – Pains; Edécio José Caçado
20 Ferreira, representante da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas
21 Gerais – FAEMG; Fábio Galindo Silvestre, representante do Ministério Público. -
22 Roberto Ferreira Barbosa – Primeiro Suplente e Assessor Especial da SEMAD –
23 Presidiu a reunião e convidou a todos para ouvir e cantar o Hino Nacional. - **Item 1 -**
24 **Hino Nacional Brasileiro.**– **Item 2 – Abertura - Item 3 – Comunicado dos**
25 **Conselheiros** – Sônia Maria Tavares Melo – SUPRAM – ASF – Explicou a situação do
26 conselheiro Marcos Antônio Vilela, do Grupo Ar. “*Na última reunião, o Marcos Vilela*
27 *representante do Grupo Ar, que ocupa uma cadeira da ONG, manifestou o desejo do*
28 *grupo de afastar do conselho. Conforme todos devem recordar e depois, ele foi*
29 *orientado a formalizar o pedido. O pedido dele trata de uma solicitação de retirada, de*
30 *afastamento do COPAM. A ocupação dele, nessa cadeira, é proveniente de uma*
31 *liminar, uma tutela antecipada da juíza, da Vara de Fazenda aqui da comarca de*
32 *Divinópolis. Então, a decisão do afastamento dele depende da juíza do caso. Nós*
33 *aguardamos e sabemos que é importante que o senhor continue até que a juíza tenha*
34 *uma decisão a respeito da sua solicitação.*”– Fábio Galindo – Representante Ministério
35 Público – Informou sobre a indicação da ONG Grupo Ar. “*O Ministério Público*
36 *impugnou a indicação de um membro indicado pelo CBH/Pará e a juíza suspendeu*
37 *aquela eleição feita, de tal forma que, nem o titular nem o suplente daquela eleição*

38 *poderiam tomar assento. Então, foi indicada a entidade o Grupo Ar para tomar assento*
39 *e seu representante, Marcos Vilela acabou tomando assento. Apesar de ele fazer um*
40 *pedido, uma solicitação de retirada, como a questão está judicializada, a decisão*
41 *acerca do provimento ou não dessa vaga cabe exclusivamente ao Poder Judiciário do*
42 *Estado de Minas Gerais, mas no caso da Vara da Fazenda Pública de Divinópolis.*
43 *Como nós ainda não temos uma manifestação da juíza e me parece que o senhor*
44 *Marcos pretende se manter no COPAM, especialmente para respeitar a questão da*
45 *legalidade do funcionamento paritário do órgão. Especialmente, também, porque a*
46 *entidade assumiu um compromisso público, ônus público, me parece que apesar do seu*
47 *descontentamento que é natural que aconteça com todos os membros,*
48 *descontentamento com um ou mais questões, isso é típico do regime democrático.*
49 *Apesar desse descontentamento pessoal, me parece que ele tem feito um exercício de*
50 *interesse maior, de interesse público em razão pela qual me parece que ele vai*
51 *continuar comparecendo aqui. Eu registro que a sua permanência, Marcos, gostaria de*
52 *registrar de público, é muito importante para que o COPAM funcione nesse aspecto*
53 *democrático. Você tem sido um lutador da área do Meio Ambiente, tem sido um*
54 *preservacionista reconhecido aqui em Divinópolis e a sua presença nos ajuda a manter*
55 *o Meio Ambiente mais protegido e mais seguro para essas e as gerações futuras.” –*
56 Dirceu de Oliveira Costa – Representante CODEMA – Pains – Se desculpou por ter
57 faltado na última reunião. Informou sobre as atividades da Semana do Meio Ambiente
58 realizadas em Pains, dentre elas a realização de consulta para a criação de uma unidade
59 de conservação no município. Agradeceu a presença e o apoio da SUPRAM-ASF.
60 Elogiou os trabalhos na sede da superintendência, quando teve oportunidade de
61 acompanhar um dia com os técnicos na SUPRAM. - Roberto Ferreira Barbosa –
62 Primeiro Suplente e Assessor Especial da SEMAD – Agradeceu ao conselheiro e
63 informou que existe um esforço muito grande na busca pela melhoria no atendimento.
64 Solicitou ao conselheiro informações sobre a degradação de grutas que está ocorrendo
65 na região de Pains. – Dirceu de Oliveira Costa – Representante CODEMA – Pains –
66 Informou que é sobre um processo quando foi emitida uma PO sem a anuência do
67 IBAMA, referente a uma empresa que está operando com a licença vencida desde 2007.
68 “A empresa já entrou com o pedido de renovação dessa licença, mas desde 2007 o
69 órgão ambiental não concedeu a renovação da licença, mas ela continua operando e
70 mais duas empresas que operam por força de TAC. Até então, a discussão, o conflito
71 estava entre os órgãos ambientais, se podia ou não podia emitir a licença. O IBAMA
72 falava que a PO que foi emitida pela FEAM não tem validade nenhuma e tal, as
73 discussões vocês puderam participar em alguns momentos, estava dentro dos órgãos
74 ambientais. Portanto, a falta de agilidade e, vamos dizer, talvez até de compromisso
75 com a comunidade em pegar a discussão aqui, ir lá e verificar o que estava
76 acontecendo, começou em resultar em dano ambiental. Nós temos uma caverna em
77 Pains, o município tem 1.200 cavernas catalogadas e uma dessas cavernas se destaca,
78 devido a sua beleza cênica e o seu tamanho. Se chama gruta do Éden, ela tem
79 aproximadamente 3 km de extensão, e dentro dessa caverna passa a água que abastece
80 a cidade de Pains. Nesse intervalo de tempo, o que acontece? Começou a cair os
81 espeleotemas que tem na caverna. A caverna começou a perder os seus aspectos físicos.
82 E agora, começou a comprometer o abastecimento de água da cidade. Pains tem muita
83 água, área cárstica, todo mundo conhece, portanto, é difícil achar essa água. Nós
84 temos experiência de perfuração de 4 poços artesianos para abastecimento público de
85 água da cidade, que já tem uma deficiência e todos frustrados, a experiência, porque
86 não encontraram a água. Hoje, Pains opera o sistema de abastecimento de água no
87 limite, inclusive, de madrugada começa a bombear argila, esse tipo de coisa. Porque o

88 volume de água que sai da nascente da mina é praticamente o mesmo tanto que é
89 captado. Com isso, o município contratou, solicitou um estudo. Nós temos um estudo do
90 PENUD e nós temos um estudo agora, também, CDTN, que é o Centro de
91 Desenvolvimentos de Tecnologias Nuclear. Todos os dois estudos apontam que o
92 problema do comprometimento do abastecimento público de água é resultante das
93 atividades de mineração também. O município tem que tomar uma atitude em relação a
94 isso, porque não pode deixar o povo sem água, então, propôs-se a criação de uma
95 unidade de conservação na região, porquê? Porque, enquanto persistir o problema, o
96 conflito sem solução, o povo está correndo o risco de ficar sem água. De certa forma, o
97 município não participa diretamente do processo de licenciamento ambiental. Aí, vem
98 sim à discussão e isso saiu para a imprensa e a polêmica começou a crescer. Porque a
99 partir do momento que isso expôs a criação da unidade de conservação, como é
100 unidade de conservação de proteção integral, aquelas empresas que estão dentro
101 desses limites vão ter que paralisar as atividades na mineração, porque não é permitido
102 mineração dentro de unidade de conservação de proteção integral. São 4 empresas e
103 essas empresas estão pressionando o meio ambiente e os recursos hídricos e esses tipos
104 de coisas. E também, pressionam o município e as entidades que estão envolvidas no
105 processo. É natural que todo mundo queira trabalhar e se defenda. Por outro lado o
106 município não pode deixar de tomar, de dar um basta nesse problema, resolver, dar
107 uma solução para isso, porque não pode comprometer a saúde do povo. Em Pains já
108 tem um problema, um histórico de 30 anos de degradação ambiental, todo mundo
109 conhece. Poluição do ar. Hoje mesmo, quando eu estava vindo, o pessoal estava
110 comentando no carro. Pains é a única cidade que o ar tem cor. Por aí você vê. Quem já
111 participou de reunião em Pains ou já frequenta Pains, os próprios técnicos da FEAM
112 sabem o que eu estou falando não é mentira. Basta fazer uma visita a Pains, vocês
113 realmente vão estar vendo que o ar tem cor, mas no momento nós não estamos
114 discutindo, a principal discussão não é se o ar tem cor. É preservar a caverna, o
115 espeleotema lá e estalactite que está pingando. É abastecimento público de água da
116 cidade, que não pode ficar sem água. Inclusive, eu vim do congresso de espeleologia,
117 que aconteceu semana passada em Montes Claros. Foi aprovada uma moção de apoio
118 a atitude do município, em criar unidade de conservação e preservar as grutas e os
119 recursos hídricos. Eu não sei se esse daqui é o espaço adequado para isso. Uma moção
120 desse conselho, que é reconhecido em nível estadual. Eu acho que contribuiria muito
121 com o município, porque acaba que tem as suas dificuldades, um município pequeno,
122 esse tipo de coisa. Eu gostaria de sugerir, se há espaço para isso, que o conselho
123 avaliasse essa moção de apoio ao município, pela atitude. Não vamos discutir onde vai
124 ser essa unidade de conservação, mas pela atitude de enfrentar os problemas e
125 preservar o meio ambiente, os recursos hídricos, esse tipo de coisa.” – Lucélio Nativo
126 da Assunção – Representante SEDE – Ressaltou ser de extrema importância a criação
127 da unidade de conservação em Pains para solucionar o problema de abastecimento de
128 água, conservação das cavernas e que poderá garantir um cinturão verde em torno da
129 cidade para melhorar a qualidade de vida da população. Solicitou uma atenção especial
130 dos conselheiros quando da votação dos processos de empreendimentos de áreas
131 cársticas por causa do impacto ambiental. “Pode ser que o fator econômico tenha um
132 impacto, mas seja um impacto pequeno, efêmero, que seja ali de curto prazo. O impacto
133 ambiental, geralmente, é a longo prazo. Então, quando saem alguns processos sobre
134 aquelas áreas cársticas que é um relevo totalmente diferente e complicado, bem
135 complexo de lidar, eu peço a todos os conselheiros aqui que pensem com mais critério.
136 Porque uma decisão nossa aqui, vai estar mudando muita coisa no futuro. Nós já temos
137 o peso, o carma de ficar segurando aquele ar colorido, ele tem até cheiro também.

138 *Aquele ar colorido lá, porque as empresas que eram licenciadas até 2003, eram*
139 *licenciadas via Belo Horizonte. O conselho de Belo Horizonte não tinha ninguém da*
140 *região que conhecia, então simplesmente votava, não conhecia Pains, Arcos, Iguatama,*
141 *Formiga, Córrego Fundo, Doresópolis, não sabia onde era e votava de qualquer*
142 *maneira. Agora, nós temos a graça de ter pessoas aqui da região, inclusive, pessoas*
143 *que conhecem a região que moram lá. Quando trouxer aqui para a mesa processos*
144 *relacionados à mineração, a calcinação ou algum empreendimento mais poluente*
145 *daquela área, eu peço aos senhores que reflitam, analisem bem essa questão na hora de*
146 *tomar a decisão aqui.” – Edélcio José Cançado Ferreira – Representante FAEMG –*
147 *Informou que foi realizada uma palestra proferida pelo ex-ministro Alisson Paulineli, no*
148 *auditório da Federação de Agricultura, e que contou com a presença do secretário José*
149 *Carlos Carvalho e equipe da SEMAD. “Dr. Alisson reforçou um ponto muito*
150 *importante, nós brasileiros temos que nos preocupar em dar segurança ao produtor*
151 *rural brasileiro e foi mais longe, disse que não é necessário cortar sequer mais uma*
152 *árvore no Brasil, para que nós possamos quadruplicar a produção rural nossa. Tudo*
153 *isso que está sendo colocado via essas ONG’s estrangeiras, financiamento de ONG’s*
154 *nacionais para o capital externo é com o intuito de dificultar, colocar casca de banana*
155 *para o nosso setor rural, porque hoje nós somos extremamente competitivos no mundo.*
156 *Apesar de todas as dificuldades conhecidas que o agricultor brasileiro sofre, ele*
157 *demonstrou com uma clareza muito grande que nós temos a agricultura mais*
158 *sustentável executada no mundo hoje.” Agradeceu a Polícia Militar Ambiental pela*
159 *participação na audiência pública da Assembléia Legislativa realizada em Pará de*
160 *Minas. - **Item 4 – Exame da Ata da 55ª Ro, 18/06/2009, em Divinópolis. – Sônia***
161 ***Maria Tavares Melo – SUPRAM – ASF** – Solicitou que fosse corrigido na linha 362,*
162 *para inserir: *Foi colocado em votação o parecer de indeferimento e foi aprovado.* Foi*
163 *colocada em votação a aprovação da ata com a correção solicitada e foi **APROVADA***
164 *por unanimidade. - **Item 5 – Processo Administrativo para exame de Licença Prévia***
165 ***e de Instalação Concomitantes: 5.1 – Siderúrgica União Ltda. Siderurgia e***
166 ***elaboração de produtos siderúrgicos com redução de minérios, inclusive ferro-***
167 ***gusa. Divinópolis/MG. PA/Nº 02443/2004/007/2008; Classe 5. Apresentação***
168 ***SUPRAM – ASF. Responsável técnico Idalmo Montenegro de Oliveira. Parecer***
169 ***pelo deferimento na validade de 4 anos. Foi BAIXADO EM DILIGÊNCIA. – Maria***
170 ***Cláudia Pinto – SUPRAM – ASF** – Justificou a necessidade de baixar em diligência:
171 *“Me parece que houve um equívoco nesse processo. A LP mais LI concomitantes são*
172 *cabíveis para os processos de classe 3 e 4, segundo decreto. Nós estamos tratando de*
173 *um processo de classe 5. Eu acredito que deve haver apenas uma correção no parecer,*
174 *mas nós vamos ter que tirar o parecer de pauta, porque muito provavelmente esse*
175 *processo vai ter uma concessão apenas de LP. A LI não.”- **Item 6 – Processo***
176 ***Administrativo para exame de Licença de Operação: 6.1 – Sapporo Indústria e***
177 ***Comércio Ltda. Reciclagem ou regeneração de outros materiais não classificados***
178 ***ou não especificados. Itaúna/MG. PA/Nº 0031/2005/002/2009. Classe 5.***
179 ***Apresentação SUPRAM – ASF. Responsável técnico Gláucio Moreira Machadi.***
180 ***Pelo deferimento na validade de 4 anos. – Foi colocado em votação e foi***
181 ***APROVADO** por unanimidade. - **Item 7 – Processos Administrativos para exame de***
182 ***Licença de Operação em caráter corretivo** – Foram colocados em votação em bloco
183 os itens 7.1, 7.3, 7.5, 7.6, 7.7. - **7.1 – Rezende & Morais Ltda. Posto Revendedor de***
184 ***combustíveis. Cláudio/MG. PA/Nº 01477/2001/001/2001. Classe 1. Apresentação***
185 ***SUPRAM – ASF. Responsável técnico Cléber José de Almeida Júnior. Pelo***
186 ***deferimento na validade de 6 anos. - **7.3 – Madeira Brasil Central Ltda.*****
187 ***Desdobramento de madeira e tratamento químico para preservação da madeira.****

188 **BambuÍ/MG. PA/Nº 04516/2008/001/2008. Classe 5. Apresentação SUPRAM –**
189 **ASF. Responsável técnico Elo Agronegócios Ltda. Pelo deferimento na validade de**
190 **4 anos. - 7.5 – Cerâmica São Jorge Ltda. Outras formas de tratamento ou de**
191 **disposição de resíduos não listados e fabricação de tijolos de barro cozido,**
192 **exclusive cerâmica. Itaguara/MG. PA/Nº 00068/1980/005/2008. Classe 3.**
193 **Apresentação SUPRAM – ASF. Responsável Técnico Gabriela Camargos Lima.**
194 **Pelo deferimento na validade de 6 anos. - 7.6 – Cerâmica G H G Ltda. Fabricação**
195 **de telhas, tijolos e outros artigos de barro cozido, exclusive cerâmica.**
196 **Igaratinga/MG. PA/Nº 01216/2006/001/2008. Classe 3. Apresentação SUPRAM –**
197 **ASF. Responsável técnico Leonardo Moreira Pereira. Pelo deferimento na**
198 **validade de 6 anos. - 7.7 – Lave Minas Lavanderia Industrial Ltda. Lavanderias**
199 **industriais com tingimento, amaciamento e outros acabamentos em roupas, peças**
200 **do vestuário e artefatos diversos de tecidos. Itaúna/MG. PA/Nº**
201 **11462/2005/001/2008. Classe 3. Apresentação SUPRAM – ASF. Responsável**
202 **técnico Edson de Souza Vilela. Pelo deferimento na validade de 6 anos. – Foram**
203 **colocados em votação os itens 7.1, 7.3, 7.5, 7.6 e 7.7 e foram APROVADOS por**
204 **unanimidade. - 7.2 – Frigorífico Vale da Conquista Ltda – ME. Abate de animais de**
205 **médio e grande porte. Itaguara/MG. PA/Nº 00011/2004/003/2007. Classe 5.**
206 **Apresentação SUPRAM – ASF. Responsável técnico Engenho 9. Pelo deferimento**
207 **na validade de 4 anos. – Sônia Maria Tavares Melo – SUPRAM – ASF – Informou**
208 **que no item 7.2 foram apresentados dois pareceres. “Tem um parecer da FEAM e um**
209 **parecer de adendo da SUPRAM. O processo veio e nós verificamos a falta de controle**
210 **processual do parecer jurídico. Foi feito e elaborado um novo parecer. Nesse parecer**
211 **da SUPRAM, o adendo, é que o controle processual saiu que a outorga dele, o**
212 **vencimento da outorga se dará em 15/09/2004. É para corrigir, que ela se dará em**
213 **15/09/2009, portanto ele já pediu a revalidação.”– Daniela – SUPRAM – ASF –**
214 **Solicitou que fosse excluído a condicionante nº 1 do parecer da GEDIM sobre a**
215 **apresentação de documento emitido pelo Corpo de Bombeiros Militar atestando a**
216 **adequação do empreendimento às normas e procedimentos de prevenção em combate a**
217 **incêndios. Foi colocado em votação com as alterações solicitadas e foi APROVADO**
218 **por unanimidade. – Item 7.4 Grupal Avícola S/A/Incubatório Floresta. Incubatório.**
219 **São Sebastião do Oeste/MG. PA/Nº 17396/2007/001/2008. Classe 2. Apresentação**
220 **SUPRAM – ASF. Responsável técnico Engenho 9. Pelo deferimento na validade de**
221 **6 anos. – Não identificou – Solicitou que fosse dilatado o prazo das condicionantes nºs**
222 **5, 6 a 10 e 13, de 30 para 90 dias. Acatando a posição dos técnicos da SUPRAM-ASF e**
223 **foram colocadas em votação pela manutenção dos prazos nas condicionantes 5, 6, 9, 10**
224 **e 13. - Condicionante 5 - medição de vazão com prazo de 30 dias foi APROVADA**
225 **com 2 votos contrários. – Átila Alves e Costa – Representante FIEMG – Justificou o**
226 **voto por achar que a prorrogação dos prazos não traria nenhum prejuízo para o meio**
227 **ambiente. – Edécio José Cançado Ferreira – Representante FAEMG – Justificou seu**
228 **voto concordando com a posição do conselheiro Átila. “É uma questão até de bom**
229 **senso, se ele tivesse pedido para passar de 30 dias para 360 eu era contrário, mas de**
230 **30 para 90 dias eu não vejo esse prejuízo, ainda mais com essa medição de vazão e**
231 **alguns outros itens que ali, nós vemos, para a futura cobrança da utilização de**
232 **água.”Condicionante 6 - instalação da peneira estática, prazo de 60 dias mantendo o**
233 **parecer da SUPRAM. Foi colocado em votação e foi APROVADO com 2 votos**
234 **contrários. – Edécio José Cançado Ferreira – Representante FAEMG – Justificou:**
235 **“Senhor presidente, a justificativa de voto tanto minha como do conselheiro Átila, é a**
236 **mesma que a anterior. Eu acho que em função daquilo, nós estamos fazendo com que o**
237 **empreendedor se comprometa com os prazos que ele está sugerindo, ele não venha aqui**

238 *pedir prorrogação do prazo.*” **Condicionante 9** - instalação da caixa de gordura, prazo
239 de 30 dias do parecer da SUPRAM. Foi colocado em votação e foi **APROVADO** com 2
240 votos contrários. **Condicionante 10** - instalação do tanque séptico, prazo para instalação
241 em 60 dias conforme o parecer da SUPRAM. Foi colocado em votação e foi
242 **APROVADO** com 3 votos contrários. **Condicionante 13** - regularizar a atividade de
243 transporte de resíduos perigosos ou apresentar cópia de contrato firmado com empresa
244 devidamente licenciada para o transporte e destinação final de resíduos de classe 1 no
245 prazo de 30 dias. Foi colocado em votação e foi **APROVADO** com 2 votos contrários.
246 Os votos contrários das condicionantes 9, 10 e 13 foram justificados conforme opinião
247 dos conselheiros Átila Costa e Edécio Ferreira. - **Item 8 – Processos Administrativos**
248 **para exame de Revalidação de Licença de Operação** – Foram colocados para votação
249 em bloco os itens 8.3, 8.4 e 8.5. - **8.3 – Cerâmica Simião Ltda. Outras formas de**
250 **tratamento ou de disposição de resíduos não listados e fabricação de tijolos de**
251 **barro cozido, exclusive cerâmica. Igaratinga/MG. PA/Nº 00591/2001/004/2008.**
252 **Classe 5. Apresentação SUPRAM – ASF. Responsável técnico Marcos Osvaldo**
253 **Campos Cortez Lima de Oliveira. Parecer pelo deferimento na validade de 4 anos.**
254 **- 8.4 – Belgo Mineira Bekaert Artefatos de Arame Ltda. Produção de laminados e**
255 **treilados de qualquer tipo de aço, com tratamento químico superficial. PA/Nº**
256 **00281/1994/008/2009. Itaúna/MG. Classe 3. apresentação SUPRAM – ASF.**
257 **Responsável técnico Rogério Xavier de Matos. Pelo deferimento na validade de 7**
258 **anos. - 8.5 – Prefeitura Municipal de Doresópolis. Estação de Tratamento de**
259 **Esgoto Sanitário. Doresópolis/MG. PA/Nº 00422/1997/005/2007. Classe 1.**
260 **Apresentação SUPRAM – ASF. Responsável técnico Lílian Vaz Mota. Pelo**
261 **deferimento na validade de 6 anos. Foram APROVADOS por unanimidade. - 8.1 –**
262 **Mário Clebes Silva / Fazenda Santa Inêz. Suinocultura ciclo completo e culturas**
263 **anuais, excluindo a olericultura. Luz/MG. PA/Nº 90026/2002/001/2009. Classe 3.**
264 **Apresentação SUPRAM – ASF. Responsável técnico Paulo Guilherme Furtado.**
265 **Parecer pelo indeferimento. – Francisco de Assis Braga – Representante ABES –**
266 *Solicitou informações sobre o empreendimento. “Além das questões que foram*
267 *levantadas, uma série de problemas nessa propriedade, eu gostaria de trazer também*
268 *uma questão que não apareceu aqui, mas que trata de uma, vamos dizer, vamos*
269 *classificar como acidente ambiental, na minha opinião grave, que aconteceu em 2004,*
270 *no segundo semestre. Naquela oportunidade, nós atuávamos em parceria com o*
271 *Ministério Público através das coordenadorias e promotorias de Justiça do ASF e nos*
272 *foi solicitado um trabalho pericial nessa propriedade. Esse trabalho foi feito por uma*
273 *equipe de engenheiros, inclusive o Daniel Arruda, que é o atual técnico da SUPRAM*
274 *participou desse trabalho. Qual é a questão? Havia sido construído uma barragem*
275 *nesse córrego que nasce na propriedade, o Córrego Água Suja. É uma barragem de*
276 *irrigação, uma barragem relativamente grande e me parece, eu não vou conseguir me*
277 *lembrar tudo de memória, estive na propriedade, para sistema de pivô central que ia*
278 *ser instalado nessa propriedade. Essa barragem foi projetada por um técnico da*
279 *EMATER e foi executada em desacordo com o projeto e sem um engenheiro*
280 *responsável pela execução. O que aconteceu? Ela foi executada com dimensões*
281 *menores do que as do projeto. Antes do término do enchimento, a barragem ao ser*
282 *enchida e antes do enchimento total do volume da barragem ela se rompeu e provocou*
283 *uma, eu classifico como uma avalanche. Foi varrendo todo esse córrego Água Suja,*
284 *atingindo propriedades abaixo e causando uma série de problemas atrás. Eu gostaria*
285 *de mostrar as imagens, se for possível apagar a luz, fechar essas janelas, as cortinas,*
286 *por favor. Aqui são algumas imagens feitas na época, na barragem. Inclusive, essa*
287 *pessoa que está aqui é o Geraldo, é o motorista da promotoria, que está fazendo a*

288 *filmagem aqui. Então, vejam a barragem, pode passar, por favor. Vejam, esse aqui é o*
289 *vertedouro da barragem, aqui é então, a parte inundada. A propriedade está aqui em*
290 *cima, parte das instalações, inclusive o laticínio parece que funciona aqui em cima.*
291 *Essa aqui é a área inundada. Vejam que a barragem não chegou a ser preenchida para*
292 *verter. Aqui está o nível que a água atingiu e antes da barragem preencher ela se*
293 *rompeu. Pode passar, por favor. Nós temos uma idéia do que isso provocou ali para*
294 *baixo. Aqui imagens do Córrego Água Suja, ele é de baixa vazão. Aqui é a vazão*
295 *natural do córrego e aqui está o vertedouro. Dá uma noção com a moita de bambu o*
296 *tamanho da barragem, que não é uma barragem pequena. Tem uma pessoa aqui. Pode*
297 *passar. Mais uma imagem com o tamanho da barragem e aqui as conseqüências, parte*
298 *dela. Não vou mostrar tudo. O que eu chamei de avalanche é porque foi levando tudo*
299 *aqui para baixo, inclusive árvores. Detonou a mata ciliar. Pode seguir. Outra imagem,*
300 *para você ter noção do dano ambiental que isso provocou. Mais uma. Olhem só. Aqui,*
301 *em vários locais houve acúmulo de barro, de terra, inclusive teve animais que*
302 *morreram em pé, por não ser possível retirar esses animais do local. Pode passar, eu*
303 *acho que tem mais uma. Aqui a reconstrução de alguns açudes de propriedades abaixo*
304 *que foram atingidas. Aqui é uma delas que foi reconstruída. Com isso, nós temos outros*
305 *impactos nessa área que são empréstimos de terra para reconstrução desses açudes. Eu*
306 *acho que terminou. O que me surpreendeu é que ao ver a Fazenda Santa Inês, eu me*
307 *lembrei direitinho de tudo que nós vimos lá. Os técnicos ficaram lá uma semana*
308 *fazendo o mapeamento de toda a degradação. Isso foi entregue a coordenadoria das*
309 *promotorias do ASF. Eu tenho aqui a solicitação da consultoria de número 100,*
310 *solicitação de consultoria número 100, Ofício PJSF 245/04. O trabalho foi feito entre*
311 *06 e 18 de setembro de 2004. O pessoal ficou em campo, levantando tudo isso, para ser*
312 *feito o mapeamento, um estudo extremamente detalhado. Quando eu vi o processo, não*
313 *há nenhum auto de infração, não aparece nada desse dano nesse processo. Eu gostaria*
314 *que isso fosse incluído, a verificação disso, o que foi feito em termos de recuperação*
315 *desse dano, se esse material foi retirado desse córrego, se foi promovida a recuperação*
316 *da mata ciliar que nós propomos isso na época. O que foi feito pelo empreendedor no*
317 *sentido de corrigir, minimizar esses danos que foram provocados na época. Vale*
318 *ressaltar que ele nem outorga tinha desse empreendimento, porque no sistema do SIAM*
319 *não consta essa outorga. Então, significa que é um empreendimento irregular, foi*
320 *construído irregularmente, sem responsável técnico pela execução. É contra projeto, o*
321 *projeto era maior e a barragem foi construída menor, por isso se rompeu e eu não vi*
322 *nada, em termos de autuação nesse sentido aqui. Dr. Roberto, eu gostaria que fosse*
323 *incluído o processo por indeferimento. Quando o empreendedor vier, voltar com esse*
324 *processo que fosse avaliado como estão as condições das APP's e o que foi feito no*
325 *sentido de correção desses possíveis danos.” – Fábio Oliveira Silva – Proprietário da*
326 *Fazenda Santa Inês – Admitiu que algumas falhas foram cometidas e que houve erro na*
327 *execução do projeto elaborado pela EMATER. Informou que a empresa foi autuada em*
328 *R\$ 36.000,00 e que foi feito um TAC com o Ministério Público de Luz. Solicitou um*
329 *prazo de 90 dias para apresentação de um novo RADA. – Francisco de Assis Braga –*
330 *Representante Abes – Informou que se pautou pelas informações do parecer para*
331 *análise: “Aqui no processo, no relatório técnico não consta nada de recuperação de*
332 *APP's, de auto de infração, não consta nada. O que eu estou dizendo, que eu disse, que*
333 *pode ter erros, que vocês tomam possível multa de 36 mil não aparece aqui. Deveria*
334 *aparecer. Auto de infração lavrado em tal época, no valor de tanto. O SIAM, sistema do*
335 *Estado não tem isso, por isso estou dizendo que não aparece nada é uma surpresa para*
336 *mim, um dano dessa monta não aparecer no sistema. Por isso que nós pedimos que*
337 *fosse incluído ou fosse relatado o que foi feito e no relatório de desempenho ambiental*

338 *deveria ter sido colocado qual é a situação das APP's, o dano que aconteceu na época*
339 *e o trabalho que foi feito de recuperação não aparece também, aparece no RADA? Eu*
340 *estou dizendo uma coisa que você informou aqui ao microfone que nós estamos*
341 *sabendo agora, não há nenhum outro relatório que nós, na qualidade de conselheiros,*
342 *podéssemos ter acesso para ter informação aqui.” – Daniela – SUPRAM – ASF – Fez*
343 *uma apresentação do empreendimento e justificou as razões pelo indeferimento da*
344 *revalidação da licença. - Roberto Ferreira Barbosa – Primeiro Suplente e Assessor*
345 *Especial da SEMAD – Salientou que as condicionantes colocadas nos pareceres devem*
346 *ser cumpridas sempre. Solicitou informações ao jurídico pelo envolvimento do*
347 *conselheiro Francisco Braga no empreendimento o que o tomaria impedido de votar. –*
348 *Sônia Maria Tavares Melo – SUPRAM – ASF – Diante da afirmativa do conselheiro de*
349 *que atuou como técnico foi aconselhado que o mesmo estava impedido de votar. –*
350 *Camilo de Lélis André Melo – Representante FEDERAMINAS – Parabenizou ao*
351 *empreendedor por admitir que errou, ressaltou a omissão dos órgãos ambientais pela*
352 *falta de fiscalização e solicitou um esforço no sentido de colaborar com o empreendedor*
353 *que está com disposição em corrigir os erros. – Átila Alves e Costa – Representante*
354 *FIEMG – Solicitou que não fosse indeferido o processo uma vez que o empreendedor*
355 *teria que entrar com um novo processo de licenciamento. – Edécio José Caçado*
356 *Ferreira – Representante FAEMG – Sugeriu que o processo fosse baixado em*
357 *diligência. – Lucélio Nativo da Assunção – Representante SEDE – Solicitou*
358 *informações sobre os impactos ambientais referentes a poluição odorífica. - Não*
359 *identificou – Respondeu: “se for consolidado o indeferimento da revalidação, a*
360 *empresa deverá regularizar via uma LOC, novamente. Numa nova LOC, num novo*
361 *licenciamento corretivo, nós vamos avaliar novos projetos, novas propostas e uma das*
362 *coisas que nós podemos avaliar, realmente, é essa diminuição do odor.” – Edécio José*
363 *Caçado Ferreira – Representante FAEMG – Solicitou pedido de vistas: “Eu mantenho*
364 *meu pedido de vistas, inclusive quero fazer uma visita ao Ministério Público de Luz,*
365 *para tomar conhecimento, para tomar ciência plena do termo de ajustamento e conduta*
366 *que foi firmado entre as partes. Não são 30 dias que nós vamos adiar para passar esse*
367 *processo que vai causar um dano ambiental maior ou menor do que está lá não.” Foi*
368 *concedido o pedido de vistas ao conselheiro Edécio Ferreira. - Item 8.2 – Hélio José*
369 **Martins / Sítio Paraíso. Suinocultura ciclo completo; avicultura de corte e**
370 **reprodução; criação de ovinos, caprinos, bovinos de corte e búfalos de corte**
371 **(extensivo) e criação de ovinos, caprinos, bovinos de corte e búfalos de corte**
372 **(intensivo). Pará de Minas/MG. PA/Nº 08604/2004/001/2009. Classe 4.**
373 **Apresentação SUPRAM – ASF. Responsável técnico Paulo Guilherme Furtado.**
374 **Pelo indeferimento. – Francisco de Assis Braga – Representante ABES – Solicitou**
375 **informações caso o indeferimento fosse aprovado como ficaria a situação do**
376 **empreendimento para funcionar sem licença. – Maria Cláudia Pinto – SUPRAM – ASF**
377 **– Informou que “se ele não tiver a licença indeferida, a revalidação indeferida tem que**
378 **haver a suspensão de atividade. No caso desse processo especificamente, foi dado um**
379 **prazo para ele entrar com um novo FCEI e proceder a regularização através da LOC.**
380 **Caso esse prazo seja descumprido, nós vamos ter de fazer uma diligência de suspensão**
381 **de atividades. No caso de suinocultura, que não pode ser suspensão imediata, o**
382 **empreendedor ou a SUPRAM, no caso do empreendedor se manter em silêncio, nós**
383 **fazemos um plano de desativação pela natureza da atividade.” – Paulo Furtado –**
384 **Consultor técnico – Esclareceu que em relação ao RADA para o Sítio Paraíso que foi**
385 **elaborado por ele, admitiu que foram identificados alguns erros por não ter experiência**
386 **nesse procedimento. Informou que o empreendimento possui biodigestores. Solicitou**
387 **que fosse considerado o mesmo tratamento que foi dado ao processo anterior. – Fábio**

388 Silvestre Galindo – Representante Ministério Público – Chamou a atenção sobre a
389 omissão da fiscalização e que o Ministério Público instaurou um procedimento para
390 acompanhar as ações da SUPRAM-ASF. *“Para saber quais foram as fiscalizações,*
391 *quantas suspensões de atividades, quantas licenças indeferidas, se houve suspensão de*
392 *atividades, enfim, como andou a inclusão de condicionantes, a fiscalização de*
393 *condicionantes e a suspensão de atividades para que futuramente, nós possamos*
394 *direcionar melhor o nosso trabalho. Essa investigação segue hoje na coordenadoria,*
395 *não com o intuito de punir e eu gostaria de deixar bem claro já para todos os*
396 *conselheiros, mas é no intuito de nós termos uma ação mais responsável. Porque nós*
397 *dividimos o nosso trabalho em fiscalização e licenciamento de novas atividades, essa é*
398 *a priorização.”* Informou que em relação ao dano ambiental ocorrido em Luz o
399 Ministério Público celebrou um Termo de Ajustamento de Conduta. Solicitou
400 informações sobre o impedimento do conselheiro Francisco na votação. – Sônia Maria
401 Tavares Melo – SUPRAM – ASF – Respondeu que o impedimento se baseia na Lei de
402 Processos Administrativos nº 14.184, que diz: fica impedido de autuar em processos
403 administrativos o servidor ou autoridade que tenha a ver ou venha participar do
404 procedimento como perito, testemunha ou cônjuge, essa situação, em relação a empresa.
405 – Fábio Silvestre Galindo – Representante Ministério Público – Respondeu que a
406 situação era análoga porque o conselheiro não participou como servidor da
407 administração e na qualidade de administração ele estava analisando o processo de
408 licenciamento. Acrescentou ainda: *“Porque o impedimento do processo administrativo*
409 *é para a seguinte situação, como ente da administração, como servidor da*
410 *administração se analisa determinado caso e depois você vira tomador de decisão. Aí*
411 *há uma confusão de posições. Você confunde a situação de técnico e depois de tomador*
412 *de decisões. Nesse caso, ele funcionou como perito de uma ação, por exemplo, salvo*
413 *engano, do Ministério Público. Se ele ficar impedido para essas questões, por exemplo,*
414 *todos os promotores, todos os coordenadores vão ficar impedidos em caso de qualquer*
415 *demanda, em caso de qualquer termo de ajustamento de conduta. Aí, nós vamos trazer*
416 *todas as questões pessoais e individuais para impedimentos para o conselho. O*
417 *conselho me parece, já é paritário, já é democrático, porque é inegável que quem toma*
418 *assento no conselho já venha no intuito de defender determinados interesses, sejam eles*
419 *magno ou rasteiros, há sempre filosofias já bem implantadas no conselho. Então, me*
420 *parece que o fato dele já ter conhecimento técnico da causa para a votação ele não*
421 *ficaria impedido. É só uma questão de direcionamento, senão nós vamos incidir numa*
422 *série de outros impedimentos que me parece, que vai prejudicar o trabalho do*
423 *conselho. É só essa questão de fixar um parâmetro para que nós atuemos para o*
424 *futuro.”* – Francisco de Assis Braga – Representante ABES – Retomou à discussão
425 sobre o empreendimento e discordou de algumas posições apresentadas. *“Lá é uma*
426 *barragem de irrigação, um pivô central nem apareceu aqui. Isso sumiu, desapareceu.*
427 *Ele iniciou e desapareceu, sem dar continuidade, sem aparecer no sistema a outorga ou*
428 *coisa dessa natureza. Isso vem demonstrar o quê? Apesar do penitenciamento, hoje,*
429 *aqui agora do empreendedor, as ações do passado não demonstram, vão me desculpar*
430 *a sinceridade, essa atitude proativa em termos de Meio Ambiente. Eu trouxe esse fato e*
431 *o parecer técnico desses empreendimentos demonstra isso: problemas de reserva legal,*
432 *desmatamento de reserva legal averbada, instalação de empreendimento sem*
433 *licenciamento com rompimento de barragem com execução de projeto em desacordo*
434 *com o projeto elaborado pela EMATER. É uma série de coisas que, na minha opinião,*
435 *como não dão condições para nós votarmos aqui, afiançando que há uma posição desse*
436 *empreendedor no sentido de trabalhar com a questão ambiental. Houve*
437 *penitenciamento neste momento aqui, agora, diante do conselho, mas as ações do*

438 *passado não demonstram isso.” – Camilo de Lélis André Melo – Representante*
439 *FEDERAMINAS – Discordou da posição do conselheiro Francisco e observou que a*
440 *posição dele era até aquela época e de lá para cá o empreendedor pode ter mudado de*
441 *opinião como todo mundo muda, inclusive o próprio conselho. – Francisco de Assis*
442 *Braga – Representante ABES – Informou que no RADA não foi contemplada essas*
443 *informações: “*Eu disse que o RADA não mostrou se ele fez a recuperação e não**
444 **mostrou nenhuma atitude, que o conselheiro vai lá e vai verificar, não há nenhuma**
445 **atitude proativa do empreendedor no sentido da questão ambiental, muito pelo**
446 **contrário, nós temos uma série de problemas que foram relatados e por isso o**
447 **indeferimento. Pedido de indeferimento no parecer técnico.”- Edécio José Cançado*
448 *Ferreira - Representante da FAEMG – Justificou seu pedido de vistas: “*Eu acho que o**
449 **Estado está aí para é para colocar o peso da legislação para cumprimento, então o**
450 **meu pedido de vista é embasado nisso, na oportunidade de verificarmos em bloco o que**
451 **de fato foi feito.” Pedido de vistas concedido ao Conselheiro Edécio Ferreira. - **Item 09***
452 ***– Processo Administrativo para exame de prorrogação de prazo das***
453 ***condicionantes de licença de operação. 9.1 – Cromic Indústria e Comércio de***
454 ***Calçados Ltda. Fabricação de calçados em geral. Nova Serrana-MG. PA/Nº***
455 ***01497/2005/001/2007. Classe 03, apresentação SUPRAM – ASF, pelo deferimento***
456 ***da prorrogação por mais 90 dias da condicionante nº 06 e exclusão da***
457 ***condicionante nº 07. Foi colocado em votação e foi APROVADO por unanimidade. -***
458 ***9.2 – Cerâmica Queiroz Ltda. Fabricação de tijolos com utilização de insumos***
459 ***siderúrgicos. Itaúna-MG. PA/Nº 02517/2002/003/2008. Classe 03. Apresentação***
460 ***SUPRAM – ASF. Parecer pelo deferimento da prorrogação por mais 90 dias das***
461 ***condicionantes nº 01 e nº 02. Foi colocado em votação e foi APROVADO por***
462 ***unanimidade. - 9.3 – Indústria de Calçados Walter Lima Ltda. Fabricação de***
463 ***calçados em geral. Nova Serrana-MG. PA/Nº 03484/2005/001/2008. Classe 03.***
464 ***Apresentação SUPRAM – ASF. Pelo deferimento da prorrogação por mais 90 dias***
465 ***da condicionante nº 02. Foi colocado em votação e foi APROVADO por***
466 ***unanimidade. – **Item 10 – Processo Administrativo, para exame de exclusão de*****
467 ***condicionante de licença de operação. - 10.1 – Innover Indústria e Comércio de***
468 ***Borracha Ltda. Fabricação de artefatos de borracha. Nova Serrana-MG. PA/Nº***
469 ***03485/2005/001/2007. Apresentação SUPRAM – ASF. Pelo deferimento da***
470 ***exclusão das condicionantes de nº 03 e 04. Foi colocado em votação e foi***
471 ***APROVADO com um voto contrário. - Marcos Antônio Vilela - Representante do***
472 ***Grupo AR – Justificou o voto dele: “*eu sou contra porque se essas condicionantes****
473 ****foram levantadas e está ligada a questão de poluição atmosférica eu sou contra a****
474 ****exclusão.” Solicitou que fosse realizado um acompanhamento durante um certo período****
475 ***para ver realmente a viabilidade desse sistema. - **Item 11 – Processo Administrativo*****
476 ***para exame de pedido de reconsideração. 11.1 – Prefeitura Municipal de***
477 ***Divinópolis. Contorno Ferroviário de Divinópolis da Ferrovia Tronco Belo***
478 ***Horizonte-Brasília. Divinópolis-MG. PA/Nº 04390/2007/001/2007 Empreendimento***
479 ***de classe 05. Apresentação pela SUPRAM – ASF. Parecer pela não reconsideração***
480 ***do recurso mantendo a decisão da URC ASF que concedeu a licença prévia. Foi***
481 ***colocado em votação e foi APROVADO por unanimidade. - **Item 12 – Processo*****
482 ***Administrativo para exame de pedido de reconsideração de auto de infração. José***
483 ***Vilela Indústria e Comércio Ltda. Abate de animais. Itaúna-MG AI Nº 00252/2006.***
484 ***PA/Nº 00970/2003/002/2006, apresentação SUPRAM – ASF. Pelo deferimento***
485 ***parcial do pedido de reconsideração, aplicando multa no valor de R\$10.001,00 que***
486 ***é a melhor situação para o empreendedor. Foi colocado em votação e foi***
487 ***APROVADO por unanimidade a aplicação da multa de R\$ 10.001,00. - **Item 13 –*******

488 **Assuntos Gerais.** - Geraldo - Representante da PR Mato das Frutas – Solicitou
489 providências para conter a contaminação da água na região de Mato das Frutas, na
490 cidade de Pains. De acordo com o conselheiro Dirceu há indícios de uma fazenda de
491 grande porte operando sem sistema de tratamento de esgoto e sem licenciamento que
492 está contaminando a água que abastece 70 famílias na região, onde as pessoas estão
493 utilizando essa água sem condições para consumo. - Roberto Ferreira Barbosa Primeiro
494 Suplente e Assessor Especial da SEMAD – Informou que será encaminhada a denúncia
495 para o Ministério Público, à Polícia Ambiental e aos órgãos da Secretaria de Meio
496 Ambiente. - Lucélio Nativo da Assunção - Representante da SEDE – Reforçou o pedido
497 quando da visita dos conselheiros a região cárstica, a possibilidade da presença do
498 Ministério Público para obterem mais informações para melhor entendimento. - Fábio
499 Galindo - Representante do Ministério Público – Justificou: “*Eu não nego que a*
500 *presença do promotor no local para conhecer o dano, conhecer a realidade é de*
501 *extrema importância, mas entre fazer uma reunião técnica e uma visita para*
502 *aprofundar um conhecimento, hoje, eu como coordenador estou priorizando reuniões*
503 *técnicas porque elas são mais efetivas e dão mais resultados. Mas eu tenho um*
504 *compromisso que até a criação do monumento eu vou até Pains, vou conhecer a gruta e*
505 *vou conhecer a realidade daquela extração minerária.*” - Dirceu Costa - Representante
506 da CODEMA – Pains – Apresentou um estudo realizado sobre a região de Pains
507 informando sobre a fauna, grutas e cavernas da região, minerações instaladas, captação
508 e abastecimento de água, agricultura entre outras informações. Solicitou que fosse
509 elaborada uma moção para a criação da Unidade de Conservação Natural Jardim do
510 Éden, na cidade de Pains. - Roberto Ferreira Barbosa Primeiro Suplente e Assessor
511 Especial da SEMAD – Colocou em votação a aprovação da moção e foi **APROVADA**.
512 - Dirceu Costa - Representante CODEMA – Pains – Apresentou a minuta da moção:
513 “*Moção de apoio. A Plenária da Unidade Regional da COPAM-ASF, reunida em*
514 *Divinópolis, no dia 16/07/2009, manifesta apoio à Prefeitura Municipal de Pains, no*
515 *seu propósito de criar um monumento natural no Jardim do Éden, que significa*
516 *sobretudo a preservação de nossos recursos hídricos e riquezas naturais. Investir no*
517 *meio ambiente significa investir na vida. Estudos espeleológicos mostram com que a*
518 *cidade de Pains possui um grande potencial ambiental tendo em vista que na região já*
519 *foram identificadas mais de 800 cavernas e 260 sítios arqueológicos com datações de*
520 *até 9.500 A.C., possuindo grutas e cavernas das mais importantes do país. O*
521 *desrespeito e descaso com os recursos hídricos, fauna e flora é de longa data o que vem*
522 *resultando no comprometimento dos mananciais e abastecimentos públicos da cidade*
523 *de Pains e a qualidade de vida do seu povo. Segundo o relatório de avaliação*
524 *qualitativa de interferências físicas, exploração de água para consumo humano,*
525 *mineração, irrigação na região da área da bacia de São Francisco, os principais*
526 *impactos ambientais quanto às interferências físicas na área de influência do sistema*
527 *Éden podem ser listados como: supressão da história evolutiva do sistema Éden o que*
528 *também implica o desaparecimento dos registros ladosos que contam a evolução do*
529 *cárstico na zona cárstica de Pains; redução ao mesmo termo da recarga rápida nos*
530 *afloramentos da área de influência direta do sistema Éden; alteração no mesmo termo*
531 *da circulação hídrica nas cavidades e galerias ladasas com a paralisação da*
532 *sedimentação química de espeleotemas; modificação da dinâmica hídrica do ambiente*
533 *espeleológico; alteração irreversível da paisagem cárstica na área de influência direta*
534 *e indireta do sistema Éden com modificação do micro clima da região; incremento no*
535 *escoamento superficial; aumento na turbidez da água superficial e comprometimento*
536 *do abastecimento público de água potável da cidade de Pains. Portanto a criação de*
537 *unidade de conservação de proteção integral no sistema espeleológico Éden e em torno*

538 da cidade de Pains assegurará a preservação de todo sistema hidrogeológico e toda
539 biodiversidade no entorno, permitindo que o Poder Público realize a gestão e o manejo
540 da área. Apoiamos com vigor a proposta de criar um monumento natural Jardim do
541 Éden em razão de sua importância ecológica e social para a província cárstica
542 Arcos/Pains/Doresópolis, em particular para o Município de Pains.” - Francisco de
543 Assis Braga - Representante da ABES – Sugeriu a alteração para uma APA: “Na APA é
544 possível você ter atividades econômicas funcionando, só que com algumas restrições,
545 mas não impede que elas existam e depois você tem uma unidade de conservação que
546 não seria possível intervenção de qualquer natureza.” Decidiu-se fazer a moção nos
547 termos apresentados e anexar à minuta a justificativa da moção. - Dirceu Costa -
548 Representante CODEMA – Pains – Solicitou que a moção fosse apresentada na próxima
549 reunião. - Roberto Ferreira Barbosa Primeiro Suplente e Assessor Especial da SEMAD
550 – Foi colocado em votação o conteúdo da moção e foi **APROVADO** por unanimidade.
551 - Edécio José Cançado Ferreira - Representante da FAEMG – Solicitou que fosse
552 providenciado um cartão com dados de todos os conselheiros para contatos. - Dirceu
553 Costa - Representante CODEMA – Pains – Solicitou um documento de identificação
554 para os conselheiros para apresentação quando forem realizadas visitas aos
555 empreendimentos. Com relação à visita a cidade de Pains, ficou decidido que será
556 realizada na primeira quinta-feira do mês de agosto, quando irão visitar a região do
557 Mato das Frutas para acompanhar de perto o problema da poluição das águas, conhecer
558 as grutas e cavernas e a região onde se propõe criar a unidade de conservação. Não
559 tendo mais nada a ser tratado foi encerrada a reunião.

Shelley de Souza Carneiro
Secretário Adjunto de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e
Presidente da URC/COPAM Alto São Francisco